

EDITORIAL¹

É com muita satisfação que chegamos ao oitavo volume da revista eletrônica Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais (RMSDE). Sim! Chegamos! Passando por um período nebuloso, após uma passagem do ano de 2018 para 2019 cheia de expectativas difíceis de aceitar, que continuam e se concretizam, é tempo de ser e estar, criticamente, com muito espírito de luta, aqui nesse Brasil.

Em meio ao turbilhão de mudanças trágicas e indesejadas, o papel de agregar produções de colaboradoras e colaboradores, de diversos cantos e recantos desse país e do mundo, segue firme. Valorizando-se sempre, contribuições marcadas pela análise científica, que perpassam a análise e a síntese dos fatos, mas, sobretudo, são empáticas e sensíveis às questões que afetam grupos sociais contra-hegemônicos e/ou subalternos de qualquer (e valiosa) natureza.

Se assim não for... não seremos, não estaremos! Se existe, ou existirá, um tempo de calar essas vozes, que soam e ecoam nessa edição, unindo-se ao conjunto dos oito anos de caminhada da RMSDE, façamos o de sempre: resistir e persistir. Diante dos indícios concretos de ascensão de uma cultura de destruição das instituições públicas de ensino e pesquisa, da precarização dos esforços pela busca do conhecimento e da formação crítica da grande maioria da população; a escrita e a documentação consciente, comprometida com os oprimidos, tornam-se um instrumento valiosíssimo na edificação de um futuro (in)determinístico.

Um futuro em que passe longe a “incapacidade de pensar, de ler, de aprender”, do “lugar que cada pessoa DEVE ocupar na sociedade”, que não seja determinado pelo negligenciamento das capacidades de todas as pessoas serem mais... De se constituírem muito além, que uma leva de indivíduos distorcidos por redes tendenciosas de disseminação de informações, “memes”, figuras, vídeos ou frases de efeito (por muitas vezes, irreais), que abraçam ou se espelham em seus opressores e, assustadoramente e penosamente, alienam-se da sua própria realidade, alimentando-se de falsas promessas de uma “vida melhor”.

É muito importante, nesse sentido, seguir com todo apoio e solidariedade aos formadores e formadoras de opinião, professoras e professores, mobilizadores e mobilizadoras sociais, artistas, jornalistas etc., que se juntam àqueles que realizam pesquisa científica e suas produções, formando uma grande massa de pessoas (grande mesmo, não nos deixemos enganar e desanimar!). Uma “massa”, para além das “massas de manobra”, comprometida com a luta no presente e com esse futuro para todas e todos, que

¹ O presente editorial reproduz trechos dos resumos apresentados pelos autores que fazem parte desta edição.

não abaixa a cabeça ou esmorece, diante da força dessas determinações nefastas. Sigamos nessa luta! Onde a educação pública de qualidade e o conhecimento “do bem e para o bem da maioria” são indispensáveis na jornada.

Neste número 1, encerramos um ciclo de publicações no formato semestral e passaremos a publicar as contribuições em fluxo contínuo. Considerou-se uma mudança necessária pela equipe, visando trazer maior dinamicidade ao processo de controle de submissões, avaliação e edição. Vale observar que se trata de uma mudança operacional e não ocorrerão alterações nas características essenciais da RMSDE, tanto em relação aos tipos de temáticas previstas nas seções, foco e escopo, como na filosofia e forma de trabalho, democrática, transparente e colaborativa, que nos conduziu até aqui.

Na seção **Movimentos Sociais na Cidade e no Campo**, encontram-se quatro artigos: *“França: movimento social dos ‘Coletes Amarelos’”*, de Beatriz Maria Soares Pontes, com uma análise do movimento social dos Coletes Amarelos que vem se realizando na França desde novembro de 2018. *“O Movimento Negro e as Revoluções de 1968: uma análise da relação e ressignificação do negro e o histórico do movimento no Brasil”* de Mariana Morena Pereira, que tem como objetivo analisar o papel que o movimento negro dos EUA, iniciado em 1968, teve no Brasil, observando que, apesar de tardiamente, os protestos sociais chegam ao Brasil e transformam profundamente a comunidade negra e sua forma de se enxergar na sociedade, o que tem possibilitado mudanças estruturais do Estado brasileiro, em relação ao reconhecimento de estruturas discriminatórias e na promoção de políticas públicas para a população afrodescendente. *“Movimentos socioterritoriais de luta por habitação nas pequenas cidades da Bahia: o que indica a sua (in)existência?”*, de Oriana Araujo, identifica e discute a presença, com destaque para a ausência, de movimentos sociais de luta por habitação popular ou de mobilizações sociais relacionadas à moradia, nas pequenas cidades da Bahia, nos vinte municípios do território de identidade do sisal. Por fim, o artigo *“Os mobilizadores sociais de Riachão do Jacuípe - BA: análise de um movimento social popular em busca da cidadania”*, de Abraão Cícero Carneiro, destina-se ao estudo dos Mobilizadores Sociais na busca de realização do controle social da gestão pública e o aprimoramento da cidadania na cidade de Riachão do Jacuípe, Bahia, trazendo uma análise das origens do movimento, seus impactos na realidade local e sua relação com os poderes constituídos e os frutos produzidos.

A seção **Produção do Espaço: Atores, Instrumentos e Conteúdos**, traz quatro artigos: *“El movimiento estudiantil en Chile y la propuesta del control comunitario de la educación”*, de Juan David Miranda González e Tomás Elgueta Toro, analisa o movimento estudantil secundarista chileno, na luta contra o neoliberalismo na educação e por uma educação diferente. O trabalho evidencia o controle comunitário da educação como uma proposta contra-hegemônica que reivindica o financiamento estatal, mas com uma organização comunitária, autônoma e horizontal. O artigo *“Temporalidades científicas e técnicas no Brasil: uma análise espacial do impacto da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde*

e seu fomento à pesquisa em rede”, de Allison Bezerra Oliveira, tem por objetivo proporcionar uma reflexão acerca da importância da compreensão do espaço geográfico, também como resultado de temporalidades científicas e técnicas, utilizando como base analítica, a atuação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS) e seu fomento à pesquisa em rede. *“O habitar no espaço geográfico: uma breve discussão sobre o percurso histórico das políticas habitacionais brasileiras”*, de Ana Karoline de Carvalho Silva e Manuela Maria Pereira do Nascimento, tem por finalidade a compreensão de como é promovido o direito social do habitar no Brasil, desde o período designado Segundo Reinado (1840-1888) até a atualidade (2019). Fechando a seção, *“A violência no bairro Nossa Senhora da Apresentação em Natal/RN: uma análise da constituição do território da violência em ambiente de medo”*, de Emilly Domingos da Silva, Maria Cecília Cordeiro de Brito e Hugo Arruda de Moraes, propõe reflexões acerca da violência, do medo e da pobreza, enquanto fenômenos articulados, que fazem parte do território urbano hodierno. Para isso trazem o caso do bairro Nossa Senhora da Apresentação em Natal/RN, sendo possível verificar que a desigualdade socioterritorial constitui a principal causa, também nos grandes centros urbanos, do crescimento da violência em ambiente de medo.

Na seção **Planejamento e Gestão, Políticas Públicas e Cidadania**, Filippo Pistocchi, com o artigo *“Geographical transition of urban areas. When regeneration not necessarily means gentrification. A case study from Bologna (Italy)”*, nos leva ao bairro Bolognina para confirmar a ideia de que a gentrificação urbana, a transição urbana e a regeneração urbana são processos territoriais em oposição a entre si. Demonstrando que cada um deles, pode ter características que são aparentemente típicas dos outros, mas que, tomando forma em um determinado território, são fenômenos geográficos complexos. Riviane da Silva Monteiro Lopes, Suely Maria Ribeiro Leal, Mônica Luize Sarabia, Felipe Moraes e Wesley Moraes da Silva, em *“Novos paradigmas de governança: protagonismo dos movimentos sociais no contra-fluxo dos grandes projetos urbanos na RMR”*, analisam as formas de mobilização e participação popular organizadas pelos Movimentos Sociais Urbanos, tendo em vista a promoção de conexões democráticas de luta e garantia pelo direito à cidade, contrapondo-se à apropriação do espaço metropolitano pelos Grandes Projetos Urbanos no contexto recifense. Ressalta a importância do conhecimento dos processos de organização e participação no Planejamento e Gestão Democrática - Conferências, Conselhos, Assembleias etc., que ordenam os conflitos entre as necessidades da população, a ineficiência do Poder Público e o Poder do Mercado Imobiliário. Em *“Quem tem o direito de morar? Desenvolvimento urbano e interesses de classe na cidade de Arapiraca-AL”*, Rodolfo José Oliveira Lima, discute o fenômeno de urbanização pelo qual a cidade de Arapiraca-AL vem passando, a partir de um estudo sobre as imediações do açude do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), atualmente rebatizado de “Lago da Perucaba”. Mostrando por meio do trabalho, como famílias tradicionais de pescadores estão sendo ameaçadas de expulsão de seu local de moradia e sustento, para dar lugar a um

hotel de luxo que faz parte do empreendimento "Perucaba Bairro Planejado", e que a urbanização da área está inserida em uma lógica de desenvolvimento capitalista que se apropria (e expropria) do espaço, como forma de garantir a sua reprodução/acumulação.

A seção **Sociedade e Natureza, Questão Ambiental e Desenvolvimento Territorial Sustentável**, traz três artigos: "*A exploração mineira e o processo de reassentamento em Moçambique: uma análise das comunidades expropriadas pela VALE no Distrito de Nacala-a-Velha*" de Nelio Manuel, que mostra e analisa as implicações socioterritoriais resultantes dos processos de expropriação das comunidades locais em relação ao megaprojeto de mineração da Vale no distrito de Nacala-a-Velha. Os resultados permitem a compreensão de que os programas de reassentamento da Vale, no distrito de Nacala-a-Velha, inserem-se no contexto de emergência das apropriações transnacionais de terras ou *landgrabbing*, que preveem a concessão de vastas porções de terra para investidores estrangeiros, e, por conseguinte, a expropriação das comunidades locais para regiões longínquas, inférteis, desprovidas de acesso a bens naturais como: a água potável, insumos agrícolas, escolas, hospitais e mercados, aumentando assim, a falta de emprego e a insegurança alimentar dentro das comunidades. "Localização espacial do segmento da indústria de produtos minerais não metálicos no do Rio Grande do Norte (1990 – 2010)" de Osmar Faustino Oliveira, Manoel Raymundo de Carvalho Neto, Pollyanna Neves de Medeiros e Flávio Antônio Miranda de Souza, aborda como problema da pesquisa, a identificação e análise das aglomerações produtivas no setor de produtos minerais não metálicos no estado do Rio Grande do Norte, nos anos 1990, 2000 e 2010.

Na seção de **Ensaaios, Resenhas e Entrevistas**, encontra-se a resenha, elaborada por Marcos Alfonso Spiess, do livro "*Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*", de Maria da Glória Gohn. E finalizando a edição, o ensaio "*Assim na terra como nos céus: O fado do proletário em 'Levantado no Chão'*", elaborado por Davi Silva Gonçalves, apresenta a obra "*Levantado do chão*", de José Saramago, como um romance sobre o trabalhador rural, uma reflexão acerca destes homens e mulheres. Ressalta como essa história tem muito a dizer, sem clímax nem desfecho bem marcado, sem heróis nem grandes acontecimentos, e se constrói também como um latifúndio: o latifúndio de uma vida miserável, mas nem por isso desprovida de beleza. Filhos do latifúndio, os personagens desenvolvem-se mantendo-se na posição de ninguém, sem que o narrador se preocupe em velar seu apagamento – pois é justamente este apagamento, que tanta coisa revela.

Em um ambiente de luta e continuidade...

Manuela Maria Pereira do Nascimento